

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.333.836 - ES
(2018/0185983-3)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : ADELINO PIONTKOVSKY
EMBARGANTE : ELIZA MARIA DA CONCEICAO LEMOS
EMBARGANTE : GABRIELA VENANCIO STULZER
EMBARGANTE : GENEROZA COELHO DE OLIVEIRA
EMBARGANTE : GUSTAVO VENANCIO
EMBARGANTE : INES DE SOUZA CARDOSO
EMBARGANTE : MIRELA VENANCIO
EMBARGANTE : MARIA ANTONIA DA SILVA BULIAN
ADVOGADOS : ADRIANO DE QUEIROZ MORAES E OUTRO(S) - ES012578
THIAGO SOARES CALHAU - ES012784
EMBARGADO : INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REJULGAMENTO DA CAUSA. INVIABILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por Adelino Piontkovsky e outros contra decisão proferida às e-STJ fls. 533/536, por meio da qual reconsiderarei a decisão de e-STJ fls. 492/497 para conhecer do agravo e não conhecer do recurso especial, que restou assim ementada:

PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. OFENSA AO ART. 54 DA LEI Nº 9.784/99. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. VIOLAÇÃO AO ART. 184, II, DA LEI Nº 1.711/52. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS Nº 282 E 356 DO STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

Os embargantes alegam, em síntese, que a decisão embargada padeceria de omissão e contradição.

Sustentam que "considerando o fato de que todos os pedidos foram acolhidos, faltou assim um dos pressupostos intrínsecos do recurso, qual seja, o interesse recursal, razão pela qual a decisão ora impugnada foi contraditória/omissa no que tange a este

ponto" (e-STJ fl. 542).

Além disso, aduzem que "em relação ao Acórdão proferido pelos Membros da 5ª Turma Especializada do TRF2, a decisão ora impugnada também é contraditória/omissa ao deixar de analisar o fato de que a matéria da segurança jurídica/legítima confiança (prevista no artigo 54 da Lei nº 9.784/99) foi enfrenta de forma direta pelo Relator no TRF2" (e-STJ fl. 542).

Requerem, assim, "sejam conhecidos e providos os presentes embargos declaratórios para que Vossas Excelências retifiquem a R. Decisão no que tange aos pontos apresentados, a fim de dar provimento ao Agravo interposto pelos Autores restabelecendo os efeitos da sentença de piso" (e-STJ fl. 543).

Sem impugnação aos aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

A pretensão não merece acolhida.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração representam recurso de fundamentação vinculada ao saneamento de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, não se prestando, contudo, ao mero reexame da causa.

Assim, os declaratórios são cabíveis nos casos estritamente previstos, não se prestando a reapreciar a causa, tampouco a reformar o entendimento proferido pelo órgão julgador, em razão dos rígidos contornos processuais desta espécie de recurso. Sobre o tema, os seguintes precedentes desta Corte Superior:

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. EMBARGOS DECLARATÓRIOS NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. FINALIDADE. REEXAME DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. INDICAÇÃO GENÉRICA. HIPÓTESES DE CABIMENTO. REJEIÇÃO.

1. Não havendo omissão, obscuridade, contradição ou erro material, merecem ser rejeitados os embargos declaratórios interpostos que têm o propósito infringente.

2. A reiteração em segundos embargos de declaração dessa mesma ordem de alegações, além de caracterizar o uso inapropriado dos aclaratórios com a finalidade de obter o rejugamento da causa, também configura o manejo com intuito protelatório a ensejar a respectiva reprimenda processual.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl nos EDcl no AgRg no REsp 1507689/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 12/03/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RFFSA. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA. ACÓRDÃO DE ORIGEM AMPARADO EM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE EM RECURSO ESPECIAL. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. NÃO CABIMENTO.

1. Hipótese em que ficou consignado que o Tribunal de origem decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais, matéria insuscetível de ser examinada em Recurso Especial.
 2. A Segunda Turma desproveu o recurso com motivação clara e suficiente, inexistindo omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado.
 3. A fundamentação da embargante denota mero inconformismo e intuito de rediscutir a controvérsia, não se prestando os aclaratórios a esse fim.
 4. Embargos de Declaração rejeitados.
- (EDcl no REsp 1638232/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 17/05/2017)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. OUTORGA DE LICENÇA PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA SUBTERRÂNEA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO.

I - Deu-se provimento ao recurso especial do Estado, por se considerar legal a limitação administrativa estabelecida no sentido de que, nos locais dotados de rede de abastecimento de água potável, os poços de água subterrâneas serão tolerados exclusivamente para suprimento com fins industriais ou para uso em floricultura ou agricultura.

II - Embargos de declaração não se prestam ao reexame de questões já analisadas, com o nítido intuito de promover efeitos modificativos ao recurso, quando a decisão apreciou as teses relevantes para o deslinde do caso e fundamentou sua conclusão.

III - Conforme assentado pelo STJ, "a contradição que enseja os embargos de declaração é apenas a interna, aquela que se verifica entre as proposições e conclusões do próprio julgado, não sendo este o instrumento processual adequado para a correção de eventual error in iudicando (...)" (EDcl no AgRg nos EREsp 1.191.316/SP, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Corte Especial, DJe 10/5/2013)" (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1.533.638/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 13/9/2016).

IV - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp 1345403/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/05/2017, DJe 12/05/2017)

No presente caso, os embargantes, a pretexto de suposta omissão e contradição, pretendem o rejugamento da causa, aduzindo que o recurso especial interposto deveria ser conhecido, pois prequestionada a matéria referente ao art. 54 da Lei nº 9.784/99.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator